



# Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 03 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 57ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1980

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Wardy Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. JAIR SOARES, DD. Ministro da Previdência Social, solicitando a readmissão dos médicos do Paraná, demitidos entre os meses de setembro a dezembro de 1977, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho — C.L.T.

A grande carência de médicos se faz sentir em quase todo o território nacional, principalmente nas cidades interioranas, onde a deficiência no setor assistencial atinge proporções de quase calamidade, não se justificando a demissão daqueles profissionais que prestam inestimáveis serviços às populações, tanto nos ambulatorios como nos hospitais credenciados pela Previdência Social, que pelos altos custos dos tratamentos nas redes particulares, é o único meio de minorarem seus sofrimentos relativos aos problemas de saúde.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao agrégio Tribunal de Justiça do Estado do

Paraná, no sentido de que a nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, a ser encaminhada este Poder Legislativo, seja criada a Comarca de QUITANDINHA, com sede naquele município, com jurisdição sobre os Municípios de Agudos do Sul e Mandirituba.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) NESTOR BAPTISTA

### JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz necessário, em razão do crescente desenvolvimento daquele município de nosso Estado, quer no setor econômico, agrícola, político e cultural, comportando a criação da Comarca, o que proporcionará melhores condições àquela progressista região paranaense.

O Município de Quitandinha, integrante da Micro-Região-AMSULEP — Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná, possui 15.312 habitantes e 5.515 eleitores inscritos, conforme dados fornecidos pela Justiça Eleitoral da Comarca de Rio Negro, no pleito realizado em 15 de novembro de 1978.

O Município de Quitandinha possui uma área de 452.233 km<sup>2</sup>, dos quais, 92 por cento, são cultivados com agricultura e pequenas pastagens.

Possui o município, dois Distritos: Pangaré (Lagoa Verde) a oito quilômetros da sede, dotado de Grupo Escolar, com quatro salas de aulas e as demais dependências, igrejas católica e protestantes, com grande número de habitantes e um comércio considerável; Doce Grande a 26 quilômetros da sede, dotado de Grupo Escolar, igrejas Católica e Protestante, campo de futebol e um bom comércio.

Está ligado através de pavimentação asfáltica à Rodovia Federal BR-116, e à Capital do Estado; possui sistema telefônico em DDD, serviço de abastecimento de água, Biblioteca Pública, Hospital, Banco do Brasil S/A, Banco do Estado do Paraná S/A, escritórios da ACARPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No setor educacional, possui Grupo Escolar, Ginásio Estadual e trinta e nove (39) escolas rurais.

O Município de Quitandinha está estrategicamente localizado, de forma que possui ligações terrestres com todos os municípios circunvizinhos, em ótimas condições de trânsito.

Finalmente, preocupado que estou com a perfeita distribuição da Justiça, visto a contribuição com maior número de processos anuais de feitos judiciais da Comarca de Rio Negro, cujo acúmulo de trabalho tem retardado o tramitamento desses processos.

À vista do acima exposto, venho requerer, mui respeitosamente, a criação e instalação da COMARCA DE QUITANDINHA, com a integração dos Municípios de Agudos do Sul e Mandirituba, e conseqüentemente a desvinculação das Comarcas de Rio Negro e São José dos Pinhais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, assim como aos seus demais membros, de apelo desta Casa, no sentido de que o Município de Quedas do Iguaçu, seja indicado como Sede da Comarca a ser criada na região a que pertence.

A presente solicitação tem como fundamento, o fato de que, Quedas do Iguaçu, atende plenamente os requisitos constantes do Art. 224, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.  
(a) RENATO BUENO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER um voto de protesto ao Ministério da Agricultura, pela indicação do Sr. LYSIS ALOÉ, Presidente da Associação Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas – ANDEF, como representante do Brasil no 12º Congresso do CODEX ALIMENTARIUS, ora em realização em Haia, Holanda.

Requer, outrossim, o envio de expediente, comunicando o presente ao Ministério da Agricultura, ao Ministério das Relações Exteriores, à AGAPAN, bem como à APREFFA e ADEA.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

## JUSTIFICATIVA:

Por mais absurdo que possa parecer, o Governo brasileiro concordou e autorizou que o representante oficial do País no 12º Congresso do CODEX ALIMENTARIUS, entidade internacional que determina e baixa normas a nível mundial sobre a composição industrial de alimentos, fosse nada mais nada menos que o Presidente da ANDEF – Associação Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas, Sr. Lysis Aloé.

É inadmissível que exatamente quem lidera a entidade que congrega os produtores de pesticidas e demais defensivos agrícolas, seja o nosso representante num fórum mundial que trata exatamente da sanidade dos alimentos.

Isto prova que as indústrias químicas do Brasil, a maioria multinacionais, exercem grande influência em nosso Governo, pois, apesar de estarem lucrando às custas da saúde da terra, da planta, do animal e do homem em nosso País, conseguem representar-nos em Congresso que visa exatamente coibir o desenfreado uso de pesticidas na produção de alimentos.

O incrível é que as entidades que defendem o meio-ambiente não foram convidadas a discutir a representação brasileira naquele evento, muito menos foram comunicadas sobre a indicação do representante do devastador capital estrangeiro no ramo de defensivos agrícolas, Sr. Lysis Aloé.

O protesto da Assembléia Legislativa faz-se necessário, pois não podemos concordar que tecnocratas, responsáveis pela depredação da natureza brasileira, nos representem em conclave dessa natureza.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja o Projeto de Lei nº 10/80 (Mensagem Governamental nº 10/80), constante da Ordem do Dia de hoje, em 1ª Discussão, encaminhada à Comissão de Terras, Imigração e Colonização, a fim de que aquela Comissão Técnica emita o seu parecer sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) DENI SCHWARTZ

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à reivindicação da região Norte do Estado, visando a construção da ferrovia Cianorte-Guaíra, com o trajeto originário, ou seja, passando pelos Municípios de TAPEJARA, CRUZEIRO DO OESTE, UMUARAMA, IPORÃ, FRANCISCO ALVES, TERRA ROXA e GUAÍRA.

Requer também, seja enviada cópia do presente, comunicando o apoio, ao Ministério dos Transportes.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) ANTÔNIO FACCI

## JUSTIFICATIVA:

A construção da ferrovia Cianorte-Guaíra, nada mais é do que a continuação da Estrada de Ferro Durinhos-Guaíra, paralisada em Cianorte há muitos anos. O Prefeito João Paulino, de Maringá, está mobilizando todos os prefeitos da região a ser beneficiada, no sentido de sensibilizar as autoridades responsáveis para a realização da referida obra.

Não apenas a região paranaense atendida pela almejada ferrovia será beneficiada, mas todo o sul do Mato Grosso e Paraguai farão escoamento de sua produção por Maringá, o que já o fazem, através de rodovias, buscando o grande parque moageiro existente em Maringá, que, para exemplificar, somente para processamento de soja, conta aquela cidade com um parque moageiro com capacidade instalada de 4.898 toneladas/dia.

Não é apenas uma reivindicação regional tal melhoria. No momento crítico da história nacional, em que a economia de combustível e a necessidade de redução de custos de transporte é um imperativo para a Nação e para o produtor, é de pasmar que toda a produção dessa rica região seja escoada por transporte rodoviário. As rodovias vicinais existentes facilitam ao produtor colocar o fruto de seu trabalho nas grandes rodovias-tronco, que conduzirão esses produtos aos centros consumidores ou ao Porto de Paranaguá para exportação, pela ferrovia proposta, com uma extensão aproximada de 190 quilômetros.

É necessário, portanto, que todos nós nos unamos na luta pela implantação desta ferrovia, tão necessária ao nosso desenvolvimento.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro JAIR SOARES, da Previdência Social; ao Sr. Ministro HÉLIO BELTRÃO, da Desburocratização; Ao Sr. JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Presidente do IAPAS e ao Sr. CARLOS ERNESTO CALBERG, Superintendente Regional do IAPAS no Paraná, no sentido de solicitar a autorização para que os representantes locais do FUNRURAL em cada município, emitam os Certificados de Quitação.

O Deputado Estadual que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades acima mencionadas, de acordo com o expediente.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) WERNER WANDERER

## JUSTIFICATIVA:

Recebeu o Deputado subscritor, inúmeras reclamações de agricultores e de representantes locais do FUNRURAL, relacionadas com a emissão de Certificados de Quitação aos que, trabalhando a terra, necessitam desse documento para fazer prova perante órgãos creditícios por ocasião de precisar de financiamentos à lavoura.

Ocorre que este documento – Certificado de Quitação do FUNRURAL – vinha sendo emitido pelos representantes locais do IAPAS em cada município, encargo agora transferido às Agências localizadas em algumas regiões pólo.

Então, o que antes era fácil, agora ficou difícil, demorado e burocrático. Agricultores que têm sua função na lavoura, procurando produzir sempre mais neste País, ainda tão carente de alimentos, estes agricultores agora são obrigados a peregrinar com suas notas fiscais e declarações de rendimentos várias

vezes a Cidade sede da Agência, em busca de Certificado de Quitação do FUNRURAL.

É de estranhar essa decisão centralizadora recém tomada, quando de procura, no âmbito da Administração Pública, reduzir ao máximo a burocracia para facilitar a vida do cidadão que se dirige ao Estado.

Por outro lado, os contribuintes da Previdência Social urbana, conseguem os Certificados de Regularidade de Situação nos estabelecimentos bancários da cidade onde efetuam seus recolhimentos, não se justificando, pois, a complicação no setor previdenciário rural.

Urge, portanto, seja voltado atrás com a resolução tomada e autorizando novamente os representantes do FUNRURAL a emitir os Certificados de Quitação para os agricultores que requerem o documento.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 69/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a decretar feriado estadual o dia 05 de julho de 1980, em homenagem à visita do Papa JOÃO PAULO II.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVERIO

#### JUSTIFICATIVA:

O dia 05 de julho próximo, será inegavelmente uma data histórica para a gente paranaense, pois, pela primeira vez, vai acolher o Chefe da Igreja Católica, que tem raízes muito profundas na alma deste laborioso povo.

Seria longo e desnecessário, nesta oportunidade, ressaltar a imensa significação espiritual que tão ilustre visita representa nesta quadra dramática da História da humanidade, marcada sobretudo, pelo materialismo.

Mas, não se pode olvidar, no entanto, que além da homenagem que a decretação do feriado traduz, ela proporcionará condições para tantos quantos desejarem se associar a esse evento singular, fazê-lo livre dos compromissos que um dia normal lhes impõe.

##### PROJETO DE LEI Nº 70/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Ubatã, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### JUSTIFICATIVA:

O "Centro Espírita Allan Kardec", da cidade de Ubatã, fundada em 22 de abril de 1976, tem por finalidade prestar assistência Social e o ensino da Doutrina Espírita às crianças, adolescentes e adultos.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI Nº 71/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Três Barras, o

Distrito Administrativo de SANTO IZIDORO, com sede na localidade do mesmo nome, e divisas seguintes:

I — AO NORTE — Saída para Três Barras, confronta com o Município de Três Barras; saída para BR-277, e com o lote rural nº 40, da Gleba nº 03, do imóvel "Andrada", do Sr. Fiorindo Comim;

II — A LESTE — Saída para Cruz Alta, confronta com o Rio Iguaçu e Município de Dois Vizinhos; e com os lotes rurais nºs 92 e 78, dos Senhores Itaufa dos Passos e Ernesto Rodrigues, desta mesma Gleba;

III — AO OESTE — Saída para Barra Bonita, confronta com Aparecidinha e Município de Capitão Leônidas Marques e com o lote rural nº 65, do Sr. José Knebel;

IV — AO SUL — Saída para São Cristóvão, confronta com o Rio Iguaçu e Município de Salto do Lontra, e Município de Nova Prata, e lotes rurais nºs 64 e 74, do Sr. Bernardino Antunes de Lima e Dona Ana Bento Rodrigues.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamto: Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Palácios, Augusto Carneiro e Cyro Martins.

##### PROJETO DE LEI Nº 72/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LAR DOS MENINOS DO XAXIM", com sede e foro na cidade de Curitiba-Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços, amparando os menores, acolhendo-os em sua sede, fornecendo-lhes alimentos, vestuários, medicamentos, etc., sem distinção de credo religioso, cor ou nacionalidade.

Entendemos, portanto, que a referida associação preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, razão pela qual levamos à consideração dos ilustres Pares, esperando desta forma o seu apoio e conseqüente aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Voltamos à tribuna para abordar assunto de interesse de um dos extratos do Quadro de Servidores do Governo do Estado do Paraná.

Refiro-me, particularmente, aos 149 funcionários da Secretaria das Finanças, não enquadrados na Lei 7051, em vigência a partir de 04/12/78.

Neste sentido, este Parlamentar está encaminhando à Mesa, requerimento vazado nos seguintes termos. (Lê): "Senhor Presidente.

As limitações constitucionais vigentes para o pleno exercício parlamentar, tolhendo a oportunidade da iniciativa de leis que impliquem em despesa para o Estado, levam-me, pelo presente requerimento, a apresentar sugestão ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, e ao mesmo tempo, a formulação de apelo à Sua Excelência, visando o acolhimento da

mesma.

Desde o primeiro momento do Governo Ney Braga, tenho sentido a preocupação dos diferentes setores da administração estadual para assunto de grande relevância social e profissional; o Plano de Reclassificação dos Servidores do Estado.

Por diversas vezes, tenho acompanhado reuniões de grupos funcionais e julgo importante mencionar as mantidas com jornalistas (redatores) e repórteres fotográficos da Casa Civil; professores suplementaristas e professores de nível universitário, da Secretaria da Educação; profissionais de todas as áreas da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social e, mais recentemente, de funcionários estatutários pertencentes ao quadro efetivo da Secretaria de Estado das Finanças.

Nos contatos com os Secretários das respectivas áreas e em particular com o Secretário Segismundo Morgenstern, dos Recursos Humanos, notei disposição para o diálogo e ampla sinceridade na análise e encaminhamento das soluções propostas.

A matéria encerra, inclusive, forte conteúdo emocional, compreensível, pois a última reclassificação ocorreu há perto de vinte anos, no primeiro governo liderado por Ney Braga.

Justo, portanto, que haja esta movimentação, pois que, para muitos, esta é a melhor e mais propícia oportunidade para a reparação de injustiças e distorções. Afinal, são mais de doze mil funcionários à espera de tão importante mensagem governamental. Movido pelos mesmos sentimentos de justiça e preocupado com o princípio da isonomia, é que, nos termos regimentais, tenho a honra de apresentar à apreciação do Plenário desta Casa, o presente requerimento, em que sugiro:

1. — O ENQUADRAMENTO DE 149 FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO ÚNICO DO PESSOAL, PARTE PERMANENTE, LOTADOS NA SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS EM 01 DE MARÇO DE 1980, NOS CARGOS VAGOS E EXISTENTES NA LEI N.º 7.051, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1978;

2. A EXTINÇÃO DOS CARGOS EXISTENTES ATUALMENTE À MEDIDA EM QUE SEUS OCUPANTES FOREM ENQUADRADOS NA LEI Nº 7051/78;

3. QUE OS DIREITOS E DEVERES DESSES FUNCIONÁRIOS SEJAM OS DEFINIDOS PELA LEI 7051/78, INCLUSIVE PARA FINS DE ENQUADRAMENTO.

O acolhimento da sugestão aqui proposta é de inteira justiça, considerando que a partir da vigência da Lei 7051, de 04 de dezembro de 1978, que criou o Estatuto da Coordenação da Receita do Estado, foram beneficiados com os seus efeitos, 1.663 servidores e discriminados 149, pelos quais apelo neste instante ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos.

Desta forma, serão eliminadas as distorções existentes no sistema de recursos humanos da Secretaria das Finanças, simplesmente mediante o enquadramento desses servidores, nos termos da Lei 7051, sem que para isso, seja necessário criar novos cargos, pois a partir da aplicação da referida lei até a presente data, foram abertas 468 vagas no quadro da Coordenação da Receita do Estado.

Dessas vagas, 146 serão preenchidas através de concurso público já autorizado, e das 322 que restam, 149 seriam ocupadas pelos funcionários que motivam o presente requerimento. Ainda ficarão disponíveis 172 vagas, para admissão, promoção e acesso, considerando que a Lei 7051/78 criou 1855 cargos.

É o requerimento, do qual solicito sejam encaminhadas cópias ao Sr. Governador do Estado e Srs. Secretários de Estado das Finanças e do Planejamento.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980.

(a) AIRTON CORDEIRO"

É o requerimento que encaminhamos à Mesa, solicitando do Plenário apoio, por se tratar de uma reivindicação bas-

tante justa e realmente humana.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"GENERAL COSTA CAVALCANTI, DIRETOR GERAL DA ITAIPU BINACIONAL, ELEITO PERSONALIDADE DO ANO EM ENERGIA, PELO ROTARY CLUB DE SÃO PAULO

O Diretor-Geral da Itaipu Binacional, General Costa Cavalcanti, receberá o título de Personalidade do Ano no campo da Energia, no dia 13 de junho próximo, na sede do Rotary Club de São Paulo, distinção que lhe foi outorgada por unanimidade pela Comissão do Ateneu Rotário, entidade criada em 1974, com o objetivo de estender os ideais rotários em benefício das relações humanas e da cultura.

A solenidade de entrega do título será presidida pelo Sr. Adolfo Milani Filho, Presidente do Rotary, que também elegeu personalidade do Ano, entre outros, o advogado Sobral Pinto (Ciências Jurídicas), Luiz Martins (Literatura), Eleazar de Carvalho (Música) e Paulo Autran (Teatro).

#### COSTA CAVALCANTI

O General Costa Cavalcanti (62), ex-Ministro do Interior no Governo do Presidente Médici e ex-Ministro das Minas e Energia, no período de 15 de março de 1967 a 30 de janeiro de 1969, foi nomeado Diretor Geral da Itaipu Binacional em 17 de maio de 1974.

Como político, foi Deputado Federal por Pernambuco, na legenda da ARENA, em 1966, depois de exercer o mesmo mandato, na legislatura anterior, pela antiga UDN (1962). Foi Secretário da Segurança Pública em Pernambuco (1950-62). Oficial de Gabinete do Ministro de Guerra, durante um ano, e secretariou a Comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos em Washington, por dois anos e meio (1955/58).

A carreira militar do Diretor Geral da Itaipu, iniciou-se em 1935, na Escola Militar do Realengo. Em 1950/51, cursou o Infantry Advanced Course, na Infantry School, em Fort Benning (EUA), cursou (46/48) a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola Superior de Guerra, estando hoje na Reserva do Exército, no posto de General de Divisão.

Entre as inúmeras condecorações com que foi distinguido, destacam-se as de Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar, Medalha de Guerra, Medalha Militar (prata), Medalha Marechal Hermes (ouro) e Medalha do Pacificador.

#### PERSONALIDADE DO ANO

O título de Personalidade do Ano outorgado pela Comissão Rotária tem o sentido de destacar personalidades "que durante o ano corrente tenham realizado trabalho digno de aplausos no campo da cultura, da arte, da ciência e da tecnologia", segundo comunicou ao General Costa Cavalcanti o Presidente da Comissão do Ateneu Rotário, Fernando de Almeida Nobre Neto.

A solenidade de entrega está marcada para as 12:00 horas do dia 13/06/80, no Edifício Rotary (Av. Higienópolis, 996, 5.º andar, São Paulo).

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Havendo declinado, concedo a palavra ao 4.º orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por delegação da Bancada do PMDB nesta Casa, que honrosamente pertença, ocupo nesta tarde a tribuna para registrar nos Anais da Casa, um comunicado à população, que os médicos residentes do Hospital de Clínicas de Curitiba, elaboraram em data de ontem, em decorrência de um substitutivo que deverá ser votado hoje no Congresso Nacional, regulamentando a sua classe.

Peço permissão aos Srs. Deputados, para proceder a leitura do referido comunicado para que a esta Casa, não passe despercebido diante de um problema grave e de alto alcance social de uma classe que vem sendo, ao longo desses anos, injustiçada e que tem prestado relevantes serviços à causa da Medicina no Paraná e no País. (Lê):

#### “COMUNICADO À POPULAÇÃO:

Nós, Médicos Residentes do Hospital de Clínicas de Curitiba, comunicamos à população que, em assembléia geral da categoria, realizada no dia de hoje, decidiu-se:

1) paralisação das atividades médico-didáticas da Residência pelo período de 24 horas, a partir de 08:00 hs do dia 03 de junho de 1980;

2) atendimento dos pacientes internados e dos casos de urgência em regime de plantão.

Tomamos estas atitudes como parte do movimento nacional de Médicos Residentes que reivindica a regulamentação didática e trabalhista da Residência Médica no País, que deverá ser votada em caráter de urgência nesta terça-feira no Congresso Nacional.

A data é de manifestação nacional, em repúdio aos sucessivos adiamentos e entraves apresentados à tramitação do projeto que define a Residência Médica, defende os direitos trabalhistas do médico residente e estipula as condições de funcionamento didático - profissional das Residências, o que determinará o fim da exploração do médico residente como mão-de-obra barata, fator relevante entre as deficiências do sistema médico-assistencial do povo brasileiro.

#### ASSEMBLÉIA GERAL DOS MÉDICOS RESIDENTES

Curitiba, 02 de junho de 1980.”

Fica portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrado nos Anais da Assembléia Legislativa, este comunicado à população, de um fato dirigido pelos médicos residentes do Hospital de Clínicas de Curitiba, onde, através desta comunicado, eles querem sensibilizar as autoridades brasileiras, principalmente os parlamentares do Congresso Nacional para que voltem suas atenções para o substitutivo ao projeto de lei que visa regulamentar a sua categoria, e acima de tudo, fazer justiça com esta classe que tem prestado inestimáveis serviços à sociedade brasileira, no setor de Medicina.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, dos Srs. Vereadores de Paranaíba, Odair Pereira, Eurico Batista Carvalho e Hercílio Sandri.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados, que se encontra no salão nobre desta Casa, a jovem senhorita Soraya de Souza Costa, Miss Curitiba, eleita Miss Paraná no último sábado. Para tanto, essa Presidência suspende a sessão por alguns minutos, para que os Srs. Deputados possam cumprimentar a Miss Paraná.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está reaberta a sessão. Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Temos a esperança de que este será um ano também decisivo para a Educação Brasileira.

O tema central da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) será “A Educação e a Ciência para uma Sociedade Democrática”, e este assunto será debatido durante os dias dessa reunião que começará no dia 06 de julho, no Rio de Janeiro.

Três dias antes, no Rio, muitas entidades estarão reunidas para discutir o tema “Educação e Classes Trabalhadoras”, e entre elas a Associação dos Professores do Paraná, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado, o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, o Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais, o Diretório Central dos Estudantes e a União dos Estudantes Secundários, e outras.

Professores, estudantes, pesquisadores, pais, políticos estão com as atenções voltadas para a educação, num País que não consegue oferecer a oportunidade de ingresso à escola para a metade de suas crianças. Mas que consegue fazer o discurso demagógico sobre o estágio de nosso desenvolvimento e do sistema de educação, a ponto de a ONU considerar desnecessária qualquer ajuda à educação brasileira.

Já passaram a constituir consenso entre os educadores uma afirmação como “se fechassem todas as escolas brasileiras durante cinco anos a sociedade não perceberia qualquer dano.”

Também na educação ficou evidente que o Governo da União ou melhor, o atual sistema e regime não pode nem equacionar soluções para o problema educacional. Já não se trata apenas de não terem os tecnocratas da educação e os burocratas do ensino credibilidade pública; e sim, que a ótica a maneira de ver os problemas brasileiros, inclusive da educação, não são aceitáveis.

Não podem constituir soluções para os graves problemas que enfrentamos.

Duvida-se se a principal questão educacional hoje é a da qualidade ou da quantidade. Eis que o ensino é muito ruim e a oferta de vagas insignificante para nossas necessidades. E como o propalado plano de controle da natalidade engendrado pelos tecnocratas do governo deverá demorar alguns anos - nem por esse caminho teremos uma solução para as vagas.

Embora não se deva usar o humor com assuntos sérios, porque podem acreditar, restaria criar campos de extermínios para diminuir os postulantes a vagas nas escolas. Ou produzir um decreto-lei (pois não pode o governo fabricá-los a seu talento?), dizendo que doravante a educação será oferecida, de graça, para aqueles que possam pagá-la e chegar à escola bem alimentados e bem vestidos.

Seria uma dura coerência do sistema, mas seria plenamente racional, uma vez que o sistema é realmente elitista, contra os interesses da maioria do povo brasileiro.

Vejo aqui no Paraná parte do grande drama da educação brasileira.

A cada ano, no Paraná, cerca de 500 mil crianças, com idade entre 7 e 14 anos, ficam marginalizadas do ensino de primeiro grau. Os números são oficiais, fornecidos pelo Departamento de Pesquisas e Planejamento da Fundepar. Segundo a última estimativa deste departamento, realizada no ano passado, das 2.037.403 crianças em idade de frequentar o primeiro grau apenas 1.531.661 foram matriculadas nas 8 séries.

O quadro é ainda mais alarmante, quando verificamos os números referentes à população com idade entre 15 e 18 anos e que teoricamente, deveria cursar o segundo grau, dito profissionalizante. Para um total estimado, nesta faixa de 1.061.082 pessoas, surgiram no início do ano passado, apenas 159.460 matrículas.

A defasagem seria, certamente, ainda maior, caso houvesse preocupação dos órgãos educacionais do Estado em estimar a população que vai de zero a 6 anos.

Até hoje, a população compreendida nesta faixa etária é desconhecida, porque ela está à margem do chamado "sistema formal de ensino" (a Constituição só prevê a obrigatoriedade de educação a partir dos 7 anos), mas sabe-se que, em todo Paraná, existem apenas 48.067 crianças matriculadas em cursos de pré-escolar, mas de 80 por cento das quais em escolas particulares. Uma estimativa publicada no plano de governo Ney Braga, logo após a sua posse, revelava, com base em dados do IBGE, a existência ainda em 1.970, de mais de dois milhões de crianças com idade entre zero e 9 anos.

A evasão começa já na primeira série do primeiro grau. Segundo dados da FUNDEPAR, para cada dois alunos que são matriculados na série inicial do primeiro grau, um abandona a escola no ano seguinte. Um exemplo: em 1.978, foram feitas em toda a rede de ensino de primeiro grau (escolas federais, estaduais, municipais e particulares) 439.376 matrículas na primeira série e, no ano seguinte foram matriculados na segunda série apenas 270.318 crianças.

O abandono da escola, a nível de primeiro grau, se faz com maior intensidade nas 4 primeiras séries: do total de desistências registradas pela FUNDEPAR ao longo do ano de 1.978 (mais de 160 mil) mais da metade, 99.680, foram de alunos de primeira à quarta série. No segundo grau, no mesmo ano, houve 23.864 evasões nas três séries.

De cada mil alunos que ingressaram no primeiro grau em 1.968, apenas 75 concluíram o segundo grau, dez anos depois, e tiveram acesso, não ao ensino superior, mas ao concurso vestibular. O número é da Secretaria da Educação, e foi citado pelo Secretário Edson Machado, em palestra, no início do ano, aos demais secretários. Embora alarmante, o resultado denota um crescimento em relação à situação de dez anos atrás. De acordo com o IBGE, em 1.970, apenas 68 paranaenses, de cada grupo de mil ingressaram no primeiro grau em 1.960, prestaram concurso vestibular.

Segundo o Departamento de Pesquisas e Planejamento da FUNDEPAR, no ano passado, foram feitas 62.229 matrículas nos poucos mais de 200 cursos de nível superior do Estado, em escolas federais, estaduais, municipais e particulares. Mas, deste total, a maior parte, quase 21 mil universitários, corresponde às matrículas em estabelecimentos particulares, embora estes participem proporcionalmente com o menor número de cursos oferecidos (53, enquanto as universidades e faculdades isoladas estaduais têm 97 cursos e a universidade federal 36).

Há, aqui, um visível desacordo, em relação às atribuições que legalmente cabem, no campo da educação, aos Governos Federal, Estadual e Municipal. A União deveria arcar com a maior parte do ônus do ensino superior mas nos cursos federais, no Paraná, estavam matriculados até o ano passado, 15.902 alunos número inferior ao de matrículas nas escolas do Estado e nas particulares.

Igual discordância é verificada também no ensino de primeiro grau, que deveria estar nas mãos dos municípios. As conhecidas dificuldades financeiras das prefeituras e a falta de recursos, acabaram por determinar que a maior responsabilidade pela manutenção do primeiro grau ficasse mesmo com o Estado. Em suas três mil escolas, no ano passado estavam matriculadas 841.956 crianças, enquanto em quase 11 mil escolas municipais havia pouco mais de 580 mil matrículas.

**O Sr. José Tavares** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nestor Baptista, cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento. É um assunto realmente seriíssimo, talvez um dos assuntos mais sérios existentes hoje

no País e que segundo o entendimento deste Deputado, o Governo não vem dando a atenção que o assunto, que o caso merece.

Vossa Excelência faz uma análise global, realística, do sistema educacional brasileiro. Fala em qualidade de ensino, principalmente nos cursos superiores, Vossa Excelência fala em quantidade de estabelecimentos de ensino, principalmente do ensino superior, na atividade privada, traz dados estatísticos alarmantes quando diz que quinhentas mil crianças por ano, por exemplo, em idade de zero a oito anos, deixam de cursar o primeiro grau no Paraná.

Traz inúmeros dados estatísticos oficiais, demonstrativos da grave situação educacional que o País atravessa e o Estado do Paraná, também. Mas, nobre Deputado, tenho-me preocupado muito e confesso que tem sido talvez a minha maior preocupação. É com o assunto educacional relacionado com a pré-escola no Brasil. O que é que tem sido feito neste País, não só nesse últimos 16 anos, pós-revolução, como anteriormente também, vamos assim dizer, para ser mais justo, em termos de pré-escola? Absolutamente nada. Vossa Excelência traz um dado em termos de Paraná, que existe um "x" número de alunos que cursam, se não me engano, 48 mil alunos, que cursam no Paraná a pré-escola, sendo que desses 48 mil, 80 por cento freqüentam estabelecimentos de ensino particular. É lamentável, é realmente entristecedor, porque num País como o nosso, que se busca ser um País desenvolvido, num País como o Brasil, que se quer ser um País educacionalmente evoluído, não se faz nada em termos de pré-escola. E o que é mais importante: — quem é que tem acesso à pré-escola, principalmente a particular neste País? São os filhos de ricos, os filhos de pessoas que possuem uma renda de média para cima, este Deputado por exemplo, tem um filho matriculado no Jardim de Infância. E o meu filho tem 5 anos de idade e eu pago aproximadamente 1.800 cruzeiros por mês, para poder manter esta criança.

Eu perguntaria a Vossa Excelência: — o filho do pobre, o filho do favelado, o filho do miserável, do desempregado, este tem condições de ter acesso à pré-escola? Absolutamente, não. E é um número altamente assustador. Eu indagaria, nobre Deputado, se este não é um fator que tem contribuído e muito, para o aumento da violência e criminalidade urbana neste País. Este assunto, este tema, do menor carente, do menor abandonado, do menor delinquente, indiscutivelmente é fruto, é reflexo da péssima ou de nenhuma política educacional existente no Brasil. E tem sido, indiscutivelmente a grande causa do aumento da violência e da criminalidade, por parte dos menores delinquentes neste País.

Cumprimento Vossa Excelência pela feliz oportunidade em que traz à esta Casa este assunto muito sério. Vossa Excelência falou também do ensino profissionalizante e que tem sido feito muito pouco pelo mesmo. Temos assistido também, um outro assunto que me preocupa muito e que deixou-me inclusive estarelecido, porque acho que os Deputados que compõem este Poder, deveriam atentar com o maior cuidado para este aspecto. É o MOBIL. Este Deputado não é contra o MOBIL; mas acho que num País como o nosso, com um índice alarmante de analfabetos, mais com a idade de 18 anos para baixo, deveria isto sim, ao invés de dedicar vultosas verbas para o MOBIL, deveria se preocupar em dar educação e estudo a esta faixa de menores que perambulam pelas periferias da cidade e não têm escolas. É muito mais importante para um País em desenvolvimento, investir na educação de crianças na pré-escola, no jardim de infância, em 1.º e 2.º graus, do que querer alfabetizar um adulto. É lamentável, mas isso ocorre.

**O SR. NESTOR BAPTISTA** — Agradeço nobre Deputado, e incorporo seu aparte a este pronunciamento.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Nestor Baptista. O pronunciamento de Vossa Excelência, dá ensejo a uma observação deste Parlamentar, sobre a reforma do ensino implantada parcialmente no Brasil. Parcialmente, porque o primeiro grau é de responsabilidade dos municípios brasileiros.

Na verdade, o que se sente hoje é que as Prefeituras Municipais não dispõem de um orçamento capaz de atender à demanda escolar.

E esta sua incapacidade financeira, que é ditada pelas distorções da distribuição de renda nacional, com base na carga tributária, que é absorvida em percentual elevado, pela União, esta incapacidade, Deputado Nestor Baptista, tem ensejado um dos mais importantes trabalhos do Governo do Estado, no amparo, no apoio à comunidade escolar, particularmente na criança enquadrada na faixa etária de 7 a 11 anos de idade, e um trabalho que deve ser realmente ressaltado.

Quero socorrer-me, ilustre Deputado, da minha experiência ao tempo de Câmara Municipal de Curitiba, dos convênios que eram assinados entre a Prefeitura de Curitiba e uma instituição que é muito cara aos paranaenses, e que Vossa Excelência menciona neste pronunciamento, a FUNDEPAR.

As obras alocadas pela FUNDEPAR, para o atendimento à criança do Paraná, elas são de uma valia que transcende a uma análise simplista que nós possamos fazer.

E digo a Vossa Excelência com toda tranquilidade, porque tive já o desprazer de testemunhar na porta da escola, crianças voltarem porque não havia vagas para que elas fossem matriculadas.

Recebi por várias vezes, pais desesperados porque não tinham onde matricular as suas crianças.

E recorde-me que aqui em Curitiba, ao tempo da gestão do Prefeito SAUL RAIZ, num trabalho conjunto da Prefeitura e FUNDEPAR, nós tivemos, em dado momento, o atendimento de 100 por cento da demanda escolar na Capital, e nenhuma criança precisava andar mais de mil metros para chegar à escola. E esse trabalho foi feito pela visão administrativa, pela visão humana, pela visão política, de autoridades como o Professor Guilherme Braga que dirige a FUNDEPAR com um sentimento cristão extraordinário.

Por isso, digo, Deputado Nestor Baptista, que esse pronunciamento de Vossa Excelência me confere o direito, a obrigação, de fazer justiça ao trabalho que a FUNDEPAR realiza.

E, ao mesmo tempo, me impõe também o dever de, mais uma vez, dizer que as nossas Prefeituras estão carecendo de recursos pelas distorções do sistema tributário nacional. E vale exaltar o apoio do Governo do Estado para que essas crianças, realmente, não fiquem sem escola. Repetindo o que alguém já disse, em certo dia, quando participava da inauguração de uma escola municipal, em São José dos Pinhais: "Abrir uma escola é fechar as portas de uma cadeia".

E não existe nada de mais nobre, na administração pública do que oferecer, realmente, o apoio maior à causa da Educação.

Com este aparte, nobre Deputado, quero cumprimentar Vossa Excelência pela abordagem de um assunto extremamente sério, e render a minha homenagem aos homens que, com descortínio, estão administrando a causa da Educação, no Paraná.

O SR. NESTOR BAPTISTA — O aparte de Vossa Excelência me sensibiliza bastante, Deputado Airton Cordeiro, pois, mais uma vez, demonstra a capacidade, a inteligência e o brilhantismo de Vossa Excelência.

Não tecemos, nesta oportunidade, nenhum comentário a respeito das atividades da FUNDEPAR. Apenas trazemos os dados fornecidos pela própria FUNDEPAR, e que

são alarmantes para um Estado como o nosso, que temos, todo ano, 500 mil crianças de 7 a 14 anos, sem condições de frequentar a escola.

E chegamos a um ponto, Srs. Deputados, que, embora a Constituição de 1.946, que estabelecia que 10 por cento do Orçamento da União, deveria ser destinado à Educação, valor que foi elevado a 12 por cento pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Governo brasileiro reduziu tais investimentos de 11,7 por cento para 4,4 neste ano de 1.980.

Em dez anos, o ensino particular, no País, cresceu 161 por cento e hoje responde por 70 por cento do ensino brasileiro.

Para concluir, fala-se numa solução. A solução lógica seria uma nova escola. Porque, é preciso mudar. E o caminho para se chegar até essa nova escola está na Assembleia Nacional Constituinte, instrumento legítimo para se buscar a democratização do ensino e da Nação brasileira.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DARCY DEITOS — Usará o horário, o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais um absurdo se concretiza em nosso Brasil. Por mais ridículo que possa parecer, o Governo brasileiro concordou e autorizou que o representante oficial do País, no 12.º Congresso do Codex Alimentarius, entidade internacional que determina e baixa normas a nível mundial sobre a composição industrial de alimentos, fosse nada mais nada menos do que o Presidente da ANDEFI — Associação Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas, Sr. Lysis Aloé.

É inadmissível, Sr. Presidente, que exatamente quem lidera a entidade que congrega os produtores de pesticidas e demais defensivos agrícolas, seja o nosso representante no foro mundial que trata exatamente da sanidade dos alimentos.

Isso prova, Sr. Presidente, que as indústrias químicas e agro-químicas do País, a maioria multinacionais, exercem grande influência no Governo, pois apesar de estarem lucrando às custas da saúde da terra, da saúde das plantas, dos animais e dos homens em nosso País, conseguem representar-nos em Congresso que visa exatamente coibir o desenfreado uso de pesticidas na produção de alimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a mesma coisa que autorizar o assassino a investigar o assassinato, do ladrão perquirir o produto do roubo, da polícia perseguir e investigar a própria polícia. "Mutatis Mutandis" é isso que nós estamos assistindo neste instante, quando em Haia, na Holanda acabam de se reunir representantes de inúmeros países, para, no 12.º Congresso do chamado Codex Alimentarius, definirem normas, baixando instruções, para que a composição industrial de alimentos atinja ao menos, o nível satisfatório à saúde mundial, e o representante do Brasil, não é nada mais nada menos do que o verdadeiro capanga das multinacionais de produtos agro-químicos, que é o Presidente da Associação Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas.

É incrível que entidades que defendem o meio ambiente — e estamos na Semana Mundial do Meio Ambiente — é incrível que entidades que defendem o meio ambiente e a ecologia, não sejam convidadas a discutir a representação brasileira naquele evento. Muito menos foram comunicadas, sobre a indicação do representante do devastador capital estrangeiro

no ramo de defensivos agrícolas, o Sr. líder Lysis Aloé. Nada temos contra a pessoa individualizada do cidadão em questão. Mas, colocar como representante nosso, no momento em que o Brasil inteiro, escandalizado assiste as denúncias dos compostos mercuriais, assiste o problema que atinge hoje, tanto o que faz aplicação como quem o consome, quando o Brasil inteiro repudia, tantos produtos agro-químicos que são colocados na terra e nos alimentos que são consumidos pela população, vai representar esse País, quem lidera a entidade máxima dos produtores destes produtos, muitos deles com substâncias cancerígenas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, da qual honrosamente presidimos, na sua primeira reunião, também tratará deste assunto. Mas, porque não Sr. Presidente?

Num evento desta natureza, não se mandar para representar este País, por exemplo, o doutor José Lutzemberg, Presidente da AGAPAM, que tem sido uma das maiores expressões da América Latina no trato das questões ambientais e ecológicas? Mas não! Vai representar o líder da indústria química do País, da indústria de defensivos agro-químicos.

Por isso, a nossa presença na tribuna neste dia, Sr. Presidente, para trazer o protesto, o protesto que também convocamos, seja da Assembléia Legislativa do Estado, porque fizemos um requerimento, pedindo um voto de protesto aos Ministério da Agricultura e Saúde, com cópia ao Itamarati contra a indicação do Presidente da Associação Nacional das Indústrias de Defensivos Agrícolas neste Congresso Internacional.

Porque nós não podemos nos calar e concordar, que inclusive representantes tecnocratas como este, responsável em grande parte, pela depredação da natureza brasileira, que faz com que os vendedores desses venenos que nos fazem o veneno nosso de cada dia, acabe ser o representante oficial, num conclave desta natureza.

Por essa razão, deprimidos talvez, até cansados de sentirmos isso que hoje trazemos a esta Casa, mas, também ainda com a sensibilidade que nos toca, talvez este protesto que se aprovado por esta Casa, possa chegar às autoridades competentes, que num próximo evento, não se repita isso, que é um ultrage à consciência nacional.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não conseguimos mais passar nos últimos tempos, um mês, sem sérias denúncias, contra a periculosidade do uso indiscriminado de defensivos agrícolas em nosso País, que faz com que, sejamos um dos primeiros consumidores mundiais de produtos agro-químicos, com envenenamento paulatino, com uma série de substâncias cancerígenas que são absorvidas diárias e dioturnamente pela família brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse nosso requerimento, aguardemos, tenha a manifestação positiva desta Assembléia, mais no sentido de alertar as autoridades competentes, e por isso, o requerimento é dirigido aos ministérios da Agricultura e Saúde e também, com cópia ao Itamarati.

Que não se possa repetir, que quando se realizar o 13.º Congresso, exatamente do foro internacional, que decide e baixa normas sobre a composição industrial de alimentos, seja aquele que é o causador desses males. E repito, Sr. Presidente, colocar o assassino a investigar o assassinato, o ladrão investigar e porquerir o produto do roubo, e a polícia investigar a própria polícia, não é só absurdo, é cinismo. Agradeço Sr. Presidente, e espero a aprovação deste requerimento.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário restante.

O SR. JOSÉ TAVARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa) (Declina)

A Mesa consulta a Liderança do PP. (Pausa)

A Mesa consulta a Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Efigênio José Carneiro, Presidente da Câmara de Campo Mourão, bem como do Sr. Vereador João Teodoro de Oliveira.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicitaria a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferred e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 40 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Paulo Nonomura, Prefeito Municipal de Assaí.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Em votação.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/80, de autoria do Deputado ROMERO FILHO, que altera para quinze (15) o número de Vereadores, a partir de 1.º de fevereiro de 1981, para a Câmara Municipal de Umuarama, Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 14/80, que altera divisas dos Distritos Administrativos de Herculândia, Lovat, Santa Eliza, Serra dos Dourados, Perobal e do Distrito da sede, todos do Município de Umuarama. —

**Publicado no D.A. n.º 50.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 17/80, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná à Sua Santidade o Papa João Paulo II. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI N.º 17/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário

do Estado do Paraná a Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II.  
Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 2 de junho de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente;  
Lineu Turra, Relator.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 27/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 11/80), que aprova Termo de Renovação ao Convênio n.<sup>o</sup> 22/77, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Município de Curitiba, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetiva a elaboração de projetos e a execução de obras e serviços, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 28/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 21/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Largo, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 29/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 23/80), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com a participação da COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano no referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 30/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 26/80), que aprova o Termo Aditivo e de Re-ratificação n.<sup>o</sup> 1, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e Órgãos que especifica, que com a participação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, objetiva a elaboração de estudos e pesquisas que sirvam de subsídios a formulação do Modelo Territorial para o Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 31/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 27/80), que aprova o Termo de Renovação ao Convênio de Auxílio e Cooperação n.<sup>o</sup> 214/78, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Tapejara, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 25/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reconhece como Órgão oficial de Representação da Classe junto a este Poder Legislativo, a CABENFALE — Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 32/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 30/80), que aprova os Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e municípios nominados, objetivando a recuperação de bens públicos danificados pela ação das chuvas caídas em outubro e novembro de 1.979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 33/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 33/80), que aprova o Convênio celebrado entre a União, através de Órgãos que especifica e o Governo do Estado do Paraná, objetivando dar continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira com os Estados, Territórios, Municípios e o Distrito Federal. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 34/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 32/80), que aprova o Termo de Convênio de Cooperação e Compromisso entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Cascavel, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 35/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.<sup>o</sup> 31/80), que aprova Convênio de Cooperação e Compromisso entre o Governo do Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e o Município de Apucarana, objetivando a execução das obras do terminal rodoviário de passageiros, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 25/80

Art. 1.<sup>o</sup> — A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia do Estado do Paraná — CABENFALE — sociedade civil de natureza assistencial, é reconhecida como órgão oficial de representação da classe junto a este Poder

Art. 2.<sup>o</sup> — Fica instituído um plano de assistência médica, hospitalar e odontológica para os deputados estaduais, inclusive esposa e filhos menores, filhos maiores até vinte e quatro (24) anos, sem economia própria, e filhos inválidos sem limite de idade, e para os funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa e Comissionados, extensivo aos seus dependentes, como tal definidos no Estatuto da CABENFALE.

Art. 3.<sup>o</sup> — Para dar cumprimento ao programa assistencial a que se refere o artigo anterior, fica credenciada e devidamente autorizada a CABENFALE, com poderes bastantes para firmar convênios, coordenando a sua implantação e execução, ou para organizar e executar os serviços diretos de assistência.

Art. 4.<sup>o</sup> — A Assembléia Legislativa será responsável pelos encargos financeiros decorrentes do programa assistencial, no qual intervirá como anuente, obrigando-se ao repasse de recursos necessários, sob a forma de adiantamentos em favor da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE.

Art. 5.<sup>o</sup> — Para os efeitos do Art. 4.<sup>o</sup>, a Assembléia Legislativa fará constar anualmente do Orçamento Analítico, dotação equivalente ao consignado no exercício anterior, acrescido de percentual idêntico à soma das majorações do salário

mínimo.

Art. 6.º — A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE, encaminhará, anualmente, à Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, balanço e relatório, referente à execução do plano assistencial.

Art. 7.º — À Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE, será atribuído o "pró-labore" correspondente a recolhimento de prêmios de seguros e de previdência privada, descontados na folha de pagamento dos funcionários da Assembleia Legislativa.

Art. 8.º — A Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - CABENFALE, baixará regulamento do serviço médico, hospitalar e odontológico, para conhecimento dos interessados.

Art. 9.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
GILBERTO CARVALHO — Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 10/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 - 4.ª Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 10/80

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel Gleba 2 - 4.ª Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes.

Art. 2.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná promover a venda dos lotes da Gleba 2 - 4.ª Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes, com prévia fixação de área, preço e condições de pagamento.

Art. 3.º — O produto das alienações de que tratam os artigos anteriores será recolhido à Fazenda Estadual.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1980.

a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 10/80

A autorização do Poder Legislativo para que o Poder Executivo aliene bens imóveis do domínio estadual é requisito estabelecido pelo Art. 21, alínea VIII, letra C, da Constituição do Estado do Paraná.

A Mensagem Governamental n.º 10/80, que encaminha a matéria, obedece perfeitamente à disposição constitucional.

Tratando-se de medida de profundo significado social, nada se pode opor quanto a sua oportunidade.

Somos, portanto, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, no seguinte teor: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja o Projeto de Lei n.º 10/80, Mensagem Governamental n.º 10/80, constante da Ordem do Dia de hoje, em 1.ª Discussão, encaminhado à Comissão de Terras, Imigração e Colonização, a fim de que aquela Comissão Técnica emita seu parecer sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1980."

— Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a Bancada do PDS na Casa, já contrariando disposições regimentais, aprovou o requerimento do nobre Sr. Deputado, que requeria a retirada da Ordem do Dia, por três sessões, do projeto em tela.

E, se assim o fizemos, Sr. Presidente, foi porque interessa realmente à Bancada do PDS que as mensagens oriundas do Sr. Governador do Estado recebam o mais amplo debate e exame desta Casa.

Por isso, concordamos que se violentasse o Regimento Interno, permitindo que uma matéria, em regime de urgência, fosse retirada da Ordem do Dia, para reexame.

Hoje, novamente, a Casa aprecia requerimento, requerendo a retirada da mesma Mensagem Governamental, para o seu retorno à Comissão de Terras, para reexame.

Novamente a Bancada do PDS vai votar favoravelmente ao requerimento, embora esse contrarie os dispositivos regimentais.

Todavia, Sr. Presidente, nós encarecemos à Mesa, providências para que, de acordo com o artigo 104, do Regimento Interno, este retorno à Comissão de Terras se faça pelo período de 48 horas, conforme disposições regimentais.

Nestas condições, o projeto deverá constar da Ordem do Dia, este é um apelo que fazemos a Vossa Excelência, na sessão da próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O Art. 106 do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

A Mesa informa aos Srs. Deputados, que, de acordo com o Art. 106, aprovado pela Assembleia o requerimento de regime de urgência, para qualquer proposição, será essa encaminhada da seguinte forma: será concedido o prazo de 48 horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito, para que profiram seus respectivos pareceres.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, com o apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Joana Fonseca de Siqueira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Galvira Bittencourt Pinto, ocorrido em Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Rodrigues de Oliveira, "João Amaral". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Renato Bernardi, Dácio Leonel e Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da sessão do próximo dia 6, para que nesse dia se realizem reuniões das comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 14/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente junto à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, através da Secretaria dos Transportes, encarecendo informações sobre prestação de serviços com firmas empreiteiras. — **Rejeitado.**

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Minas e Energia, encarecendo providências no sentido de que determine estudos, visando a preservação do Salto Curucaca, no Rio Jorão e localizado no Município de Guarapuava, bem como os Saltos São João e São Francisco, localizados no Município de Prudentópolis, a fim de que sejam incluídos no roteiro turístico de nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário das Finanças e Secretário da Administração, encarecendo sejam efetuados reparos na Agência de Rendas da cidade de Corbélia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Educação e da Administração, encarecendo providências visando reparos no prédio do Grupo Escolar Olavo Bilac e outros. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, renovando apelo para a inclusão do Distrito de Piquirivai, Município de Campo Mourão, visando instalação no mesmo de monocal telefônico. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento, a estrada que liga os Municípios de São Joaquim a Florestópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o apoio desta Casa à reivindicação visando a construção da ferrovia Cianorte-Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social e demais autoridades, no sentido de solicitar autorização para que os representantes locais do FUNRURAL em cada município, emitam os Certificados de Quitação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a readmissão dos médicos do Paraná demitidos entre os meses de setembro a dezembro de 1977, regidos pela C.L.T. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bue-

no, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, bem como aos seus demais membros, em forma de apelo no sentido de que o Município de Quedas do Iguaçu, seja indicado como sede da Comarca a ser criada na região a que pertence. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de sugestão e apelo visando o enquadramento dos 149 servidores da Secretaria das Finanças, na Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1978. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de protesto ao Ministério da Agricultura, pela indicação do Sr. Lysis Aloé, Presidente da Associação Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas, como representante do Brasil no 12.º Congresso do Codex Alimentarius, ora em realização em Haia, Holanda. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se para a próxima sessão a discussão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes e ao D.E.R., encarecendo a inclusão da estrada que liga Barra do Jacaré a Jacarezinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, com o apoio do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à jovem Soraya de Souza Costa, Miss Curitiba 1980, eleita "Miss Paraná 1980". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de CIRETRAN nos Municípios de Araucária Lapa e Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação da Comarca de Quitandinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "Correio de Notícias" intitulado "O Futuro será Nosso". — **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta ata)

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anísio Rodrigues dos Santos, ocorrido em Carlópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bui fara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Professor Renê Ariel Dotti, pelo seu trabalho "A Liberdade e o Direito à Intimidade", apresentado na VIII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Rotary Club Ponta Grossa Oeste, pela adesão à

**campanha** contra a insidiosa propaganda do fumo e de bebidas alcoólicas através dos órgãos de comunicação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria dos Transportes e ao D.E.R., encarecendo a pavimentação da PR-218, trecho Ribeirão do Pinhal e outras, através do programa BID-2. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja criada a Comarca de Quitandinha, com sede naquele município, com jurisdição sobre os Municípios de Agudos do Sul e Mandirituba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, encarecendo sejam efetuados estudos de apoio técnico e financeiro à ACOPA, com sede no Município de Campo Mourão. — **Retirado pelo autor.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 180 e 191/79, e 9, 13 e 15/80.

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 32, 33, 34 e 35/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14 e 15/80. Levanta-se a sessão.

**Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Nestor Baptista, em sessão plenária do dia 03 de junho de 1980.**

#### "O FUTURO SERÁ NOSSO

*Hoje, pela última vez, circula o CORREIO DE NOTÍCIAS. Desde que foi adquirido pela Grafipar, manteve-se por três meses nas bancas. Nesse período honrou todos os compromissos assumidos no seu primeiro editorial da nova fase: manter uma linha independente, de defesa intransigente dos interesses populares e da redemocratização do país. Uma posição que consideramos intrínseca ao jornalismo honesto. Não é possível continuar. Esta atitude mostrou-se incompatível com o nosso tempo. É ilusória a idéia de que já vivemos sob condições de plena democracia. E há censuras mais fortes que a imposta durante tanto tempo. Pressões, injunções de toda a ordem passaram a atingir o corpo da empresa, com a disposição de debilitá-la e assim impedir que o CORREIO DE NOTÍCIAS continuasse a existir.*

*A intenção era clara: inviabilizar economicamente o jornal para provocar o seu desaparecimento ou para que cedesse aos golpes, abandonando sua linha independente, sua postura crítica, sua honestidade, seu respeito aos leitores. Incansavelmente, as forças que conspiram contra a liberdade e o progresso investiram contra o jornal. Não admitem que alguém critique. Pretendem que todos reafirmem apenas a sua versão.*

*Não fizemos um jornal de oposição. Não vestimos nenhu-*

*ma camisa partidária.*

*Não aderimos a nenhum programa político. Cumprimos apenas um compromisso: a verdade nos fatos. Mas isso não agrada aos que se habituaram ao elogio fácil e bem gratificado. Querem uma imprensa que não critique, que não denuncie irregularidades. Querem um presépio mecanizado, onde cada figura cumpra exatamente as funções programadas.*

*O que publicou o CORREIO nesse período que tanta preocupação despertou? Apenas a verdade. O CORREIO nada publicou que não tivesse comprovado. E sempre fez questão de ouvir os dois lados. O pró e o contra. O denunciante e o acusado. Mas nem isso agrada àqueles que pedem unanimidade. Querem apenas uma versão. A sua. Uma verdade. A sua. Uma única fonte. Eles mesmos. Hoje mesmo aqueles que se dizem democratas, liberais se acostumaram o não receber críticas.*

*São eles que não concebem que um jornal não disponha de um espaço para que os líderes da comunidade digam o que pensam. Que não admitem que as reivindicações populares ganhem a importância da manchete, porque contrastam com o discurso dos governantes. Vêem o jornal como um órgão oficial, que não pode discordar muito menos publicar posições discordantes.*

*Entre ceder ou fechar, o CORREIO DE NOTÍCIAS preferiu fechar. Com a firme intenção de recuperar forças e voltar na oportunidade em que as condições permitirem uma vida mais longa. O que jamais faríamos seria abandonar os princípios que sempre caracterizam a conduta de todos os empreendimentos da Grafipar. Nestes três meses vivemos com dignidade. Espinha ereta. Sem mesuras ou curvaturas. Fomos às fontes e não aos porta-vozes. Ouvimos o povo nas ruas e não os "releases". Em apenas 90 dias trouxemos à tona décadas. Em menos de cem edições mudamos um pouco a história da imprensa no Paraná. O CORREIO foi um jornal de reportagens. Um jornal de verdade.*

*Renegamos os hábitos tão difundidos do cômodo jornalismo de gabinete. Investigamos, fizemos questão de aprofundar os dados, ampliar a informação. Este novo jornalismo feito da recuperação de experiência positivas, mostrou-se eficiente. Seus frutos podem ser medidos nesta edição em que publicamos um pouco o resultado do esforço contínuo de reportagem que nos levou a revelar outra cidade, outro estado, outro universo, há tanto tempo mantido nas sombras.*

*Em pouco tempo se transformou num dos jornais mais lidos de Curitiba. E isto incomoda. As pesquisas mostraram que o CORREIO DE NOTÍCIAS era o que mais crescia. Conquistava a preferência de uma ampla camada de leitores. Sua influência provada despertou temores.*

*Entramos em recesso. Isso nos dói, nos comove e nos revolta. Sentimos pelos nossos leitores, que acreditaram e nos apoiaram. Sentimos pelos nossos jornalistas, pelos nossos repórteres, sem dúvida a melhor equipe do jornalismo paranaense hoje. Um conjunto de profissionais que pela sua honestidade, empenho e qualidade representou um dos orgulhos da Grafipar neste período.*

*Mas não podíamos ceder. Melhor paralisar o jornal por certo tempo e retornar com a mesma força, com a mesma disposição, com os mesmos princípios. Não podíamos negar o compromissos que assumimos. Um compromisso muito maior que um mandato, que a eventualidade neste ou naquele cargo. A construção de uma sociedade realmente democrática, livre, independente, que faz com uma imprensa democrática, independente, livre é uma tarefa histórica que se coloca acima das mesquinhas, das pequenas vinganças, das fúrias provinciais. Por isso não podemos ceder em termos da linha do jornal. Melhor parar. Com a certeza de que o futuro será daqueles que hoje estão no lado das idéias justas. Um futuro que tenho certeza será próximo."*

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL  
BALANCETE DO MÊS DE Maio DE 1980

A T I V O

DISPONÍVEL

201.101 – Tesouraria 2.417.279,34 2.417.279,34

EXECUÇÃO DA DESPESA

202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas 39.007.173,38  
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil 24.073.837,93  
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social 788.377,08  
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais 50.822,42  
202.112 – Material de Consumo 1.738.006,66  
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos 20.185.514,95  
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores 479.030,95  
202.121 – Subvenções Sociais 5.049.250,00  
202.122.1 – Inativos 12.596.114,34  
202.122.2 – Pensionistas 2.248.848,00  
202.122.3 – Salário-Família 458.559,20  
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes = 0 =  
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar 800.000,00  
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas = 0 =  
202.131 – Obras e Instalações 7.000.000,00  
202.132 – Equip. e Material Permanente 9.929,00 114.485.463,91

CONTAS PENDENTES

203.101 – Despesas Diferidas 162.730,53  
203.201 – Outras Contas Pendentes 21.105,50 183.836,03

P A S S I V O

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANCAS

PESSOAL

211.101 – Venc. e Vantagens Fixas 39.100.000,00  
211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil 24.200.000,00  
211.103 – Contribuições de Prev. Social 800.000,00  
211.104 – Outras Obrigações Patronais 80.000,00  
211.105 – Inativos 12.700.000,00  
211.106 – Pensionistas 2.250.000,00  
211.107 – Salário-Família 470.000,00  
211.108 – Outras Transf. a Pessoas = 0 = 79.600.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.201 – Material de Consumo 1.400.000,00  
211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos 14.880.690,00  
211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores 300.000,00  
211.204 – Subvenções Sociais 1.900.000,00  
211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes 3.175.500,00  
211.206 – Assist. Médico-Hospitalar 800.000,00 22.456.190,00

CAPITAL

211.301 – Obras e Instalações 7.000.000,00  
211.302 – Equip. e Material Permanente 200.000,00 7.200.000,00 109.256.190,00

CREDORES

212.101 – Despesas Empenhadas 2.965.771,87  
213.101 – Despesas Processadas 2.142.642,23  
213.20 – Folha de Pagamento 58.707,92 5.167.122,02

CONTAS PENDENTES

215.101 – Outras Contas Pendentes 255.238,04 255.238,04

RESTOS A PAGAR

216.10 – Empenhadas 897.579,46  
216.209 – Processadas Creditores 19.685,39  
216.30 – Cred. em Consignações = 0 =  
216.405 – Proccs. Folha de Pagamento 1.308,47 918.573,32

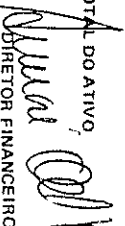
CREDORES DIVERSOS

217.10 – Consignações 1.489.455,90 1.489.455,90 7.830.389,28

TOTAL DO ATIVO 117.086.579,28


PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 07 de Abril de 1.980

117.086.579,28

  
DIRETOR FINANCEIRO

  
CONTADOR GERAL

DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTADORIA GERAL  
BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1980

  
A T I V O  
DISPONÍVEL

P A S S I V O  
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

201.101 - Tesouraria	6.669.476,51	6.669.476,51	
EXECUÇÃO DA DESPESA			
202.111.11 - Venc. e Vantagens Fixas	52.253.490,14	52.350.000,00	
202.111.12 - Desp. Variáveis C/P/Civil	31.906.009,14	32.100.000,00	
202.111.21 - Contribuições de Prev. Social	1.086.865,65	1.100.000,00	
202.111.22 - Outras Obrigações Patronais	73.583,67	80.000,00	
202.112 - Material de Consumo	2.950.486,13	17.150.000,00	
202.113 - Serviços de Terceiros e Encargos	24.764.008,71	3.000.000,00	
202.114 - Desp. dos Exerc. Anteriores	480.054,84	620.000,00	
202.121 - Subvenções Sociais	5.049.250,00		
202.122.1 - Inativos	17.071.891,96		
202.122.2 - Pensionistas	2.994.048,00		
202.122.3 - Salário-Família	614.058,60		
202.122.4 - Apoio Financeiro a Estudantes	= 0 =		
202.122.5 - Assist. Médico-Hospitalar	800.000,00		
202.122.6 - Outras Transferências a Pessoas	42.685,18		
202.131 - Obras e Instalações	8.472.148,76		
202.132 - Equip. e Material Permanente	66.008,00		
CONTAS PENDENTES			
203.101 - Despesas Diferidas	152.768,52		
203.201 - Outras Contas Pendentes	21.105,50		
211.101 - Venc. e Vantagens Fixas		52.350.000,00	
211.102 - Desp. Variáveis C/P/Civil		32.100.000,00	
211.103 - Contribuições de Prev. Social		1.100.000,00	
211.104 - Outras Obrigações Patronais		80.000,00	
211.105 - Inativos		17.150.000,00	
211.106 - Pensionistas		3.000.000,00	
211.107 - Salário-Família		620.000,00	
211.108 - Outras Transf. a Pessoas		= 0 =	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
211.201 - Material de Consumo		2.400.000,00	
211.202 - Serv. de Terceiros e Encargos		19.700.690,00	
211.203 - Desp. dos Exc. Anteriores		300.000,00	
211.204 - Subvenções Sociais		1.900.000,00	
211.205 - Apoio Financeiro a Estudantes		3.175.500,00	
211.206 - Assist. Médico-Hospitalar		800.000,00	
CAPITAL			
211.301 - Obras e Instalações		7.000.000,00	
211.302 - Equip. e Material Permanente		200.000,00	
CREDITORES			
212.101 - Despesas Empenhadas		2.530.079,31	
213.101 - Despesas Processadas		7.946.743,53	
213.20 - Folha de Pagamento		58.590,54	
CONTAS PENDENTES			
215.101 - Outras Contas Pendentes		255.238,04	
RESTOS A PAGAR			
216.10 - Empenhadas		877.292,12	
216.209 - Processadas Creditores		6.412,01	
216.30 - Cred. em Consignações		= 0 =	
216.405 - Procs. Folha de Pagamento		1.308,47	
CREDITORES DIVERSOS			
217.10 - Consignações			
TOTAL DO ATIVO	155.467.939,31	TOTAL DO PASSIVO	155.467.939,31
DIRETOR FINANCEIRO		08 DE MAIO DE 1.980	
		CONTADOR GERAL	

DEPARTAMENTO FINANCEIRO - CONTADORIA GERAL  
BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1980

A T I V O

DISPONÍVEL

201.101 - Tesouraria

5.830.420,57

5.830.420,57

EXECUÇÃO DA DESPESA

202.111.11 - Venc. e Vantagens Fixas

65.710.848,01

202.111.12 - Desp. Variáveis C/P/Civil

39.598.728,07

202.111.21 - Contribuições de Prev. Social

1.399.594,25

202.111.22 - Outras Obrigações Patronais

97.016,25

202.112 - Material de Consumo

3.692.317,88

202.113 - Serviços de Terceiros e Encargos

29.018.811,40

202.114 - Desp. dos Exerc. Anteriores

480.054,84

202.121 - Subvenções Sociais

5.049.250,00

202.122.1 - Inativos

21.892.059,70

202.122.2 - Pensionistas

4.114.440,00

202.122.3 - Salário-Família

765.520,60

202.122.4 - Apoio Financeiro a Estudantes

= 0 =

202.122.5 - Assist. Médico-Hospitalar

800.000,00

202.122.6 - Outras Transferências a Pessoas

42.685,18

202.131 - Obras e Instalações

8.472.148,76

202.132 - Equip. e Material Permanente

88.699,40

CONTAS PENDENTES

203.101 - Despesas Diferidas

152.768,52

203.201 - Outras Contas Pendentes

21.105,50

173.874,02

P A S S I V O

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

211.101 - Venc. e Vantagens Fixas

65.950.000,00

211.102 - Desp. Variáveis C/P/Civil

40.100.000,00

211.103 - Contribuições de Prev. Social

1.420.000,00

211.104 - Outras Obrigações Patronais

110.000,00

211.105 - Inativos

21.950.000,00

211.106 - Pensionistas

4.200.000,00

211.107 - Salário-Família

770.000,00

211.108 - Outras Transf. a Pessoas

50.000,00

134.550.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.201 - Material de Consumo

3.000.000,00

211.202 - Serv. de Terceiros e Encargos

24.870.690,00

211.203 - Desp. dos Exerc. Anteriores

300.000,00

211.204 - Subvenções Sociais

1.900.000,00

211.205 - Apoio Financeiro a Estudantes

3.175.500,00

211.206 - Assist. Médico-Hospitalar

800.000,00

34.046.190,00

CAPITAL

211.301 - Obras e Instalações

9.000.000,00

211.302 - Equip. e Material Permanente

200.000,00

9.200.000,00 177.796.190,00

CREDORES

212.101 - Despesas Empenhadas

3.601.492,59

213.101 - Despesas Processadas

2.792.527,60

213.20 - Folha de Pagamento

= 0 =

6.394.020,19

CONTAS PENDENTES

215.101 - Outras Contas Pendentes

346.625,84

346.625,84

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas

877.292,12

216.209 - Processadas Creadores

6.412,01

216.30 - Cred. em Consignações

= 0 =

216.405 - Proccs. Folha de Pagamento

1.308,47

885.012,60

CREDORES DIVERSOS

217.10 - Consignações

1.799.620,30

1.799.620,30

187.221.468,93  
PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 03 DE JUNHO DE 1.980

9.425.278,93  
187.221.468,93

TOTAL DO ATIVO  
187.221.468,93  
DIRETOR FINANCEIRO

187.221.468,93  
CONTADOR GERAL